

ÍNDICE

PREFÁCIO DA TERCEIRA EDIÇÃO	13
MANIFESTO DO BEM VIVER/ <i>BUEN VIVIR</i>	27
MINIFESTO PARA INTELLECTUAIS DE RETAGUARDA	43

PARTE I

CONSTRUINDO AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

INTRODUÇÃO

Do Pós-moderno ao Pós-colonial e para além de Um e Outro	59
--	----

CAPÍTULO 1

A Queda do *Angelus Novus*: O Fim da Equação Moderna entre Raízes e Opções

A parábola do <i>Angelus Novus</i>	96
Raízes e opções	97
O fim da equação	105
<i>O corpo: a raiz derradeira e a opção infinita</i>	109
Tempo, códigos barrocos e canonização	117
<i>O cânone literário</i>	123
<i>O património comum da humanidade</i>	127
<i>O património mundial, cultural e natural</i>	130
Os tempos dos códigos barrocos	137
Um futuro para o passado: as imagens desestabilizadoras	138
Um futuro para o passado: as subjectividades desestabilizadoras	149
Conclusão	153

CAPÍTULO 2

Uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências

Introdução	155
A crítica da razão metonímica	161
<i>Cinco modos de produção de não-existência</i>	169

<i>Cinco ecologias</i>	173
A crítica da razão proléptica	188
<i>Os campos sociais da sociologia das ausências e da sociologia das emergências</i>	196
<i>Das ausências e das emergências ao trabalho da tradução</i>	199
Condições e procedimentos da tradução	208
Conclusão: para quê traduzir?	216

CAPÍTULO 3

A Ecologia de Saberes	219
Introdução	219
As condições da diversidade epistemológica do mundo	227
<i>Pluralidade interna das práticas científicas</i>	230
<i>Pluralidade externa: outros saberes</i>	239
A ecologia de saberes	242

PARTE II

A CONSTRUÇÃO DE MUNDOS PÓS-COLONIAIS

CAPÍTULO 4

O Fim das Descobertas Imperiais	261
O Oriente	262
O selvagem	267
A natureza	271
Os lugares fora do lugar	273

CAPÍTULO 5

<i>Nuestra América: Reinventar um Paradigma Subalterno de Reconhecimento e Redistribuição</i>	275
O Século Americano-Europeu	275
Sobre as globalizações contra-hegemónicas	279
O Século Americano da <i>Nuestra América</i>	287
O optimismo trágico e transgressivo da subjectividade da <i>Nuestra América</i>	294
A contra-hegemonia no século xx	307
Possibilidades contra-hegemónicas para o século xxi	311
Rumo a novos Manifestos	314
Conclusão: de que lado estás, Ariel?	321

CAPÍTULO 6

Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Inter-Identidade	325
Introdução	325
O colonialismo português e o pós-colonialismo	329
<i>A especificidade do colonialismo português</i>	329
<i>O pós-colonialismo</i>	334
<i>O colonialismo português e os silêncios do pós-colonialismo</i>	350
Jogos de espelhos, I: um Caliban na Europa	358
Jogos de espelhos, II: um Próspero calibanizado	368
Jogos de espelhos, III: os momentos de Próspero	383

CAPÍTULO 7

A Política da Cor: o Racismo e o Colorismo	399
A cor, a contra-cor e o arco-íris	414

PARTE III**UMA NOVA TEORIA POLÍTICA CRÍTICA: REINVENTAR O ESTADO, A DEMOCRACIA E OS DIREITOS HUMANOS****CAPÍTULO 8**

A Construção Intercultural da Igualdade e da Diferença	419
Introdução	419
A desigualdade e a exclusão na modernidade ocidental	420
Os universalismos da desigualdade e da exclusão	425
A gestão da desigualdade e da diferença e a sua crise	428
As metamorfoses do sistema de desigualdade e do sistema de exclusão	443
<i>A biodiversidade e a biotecnologia</i>	453
<i>O espaço electrónico</i>	459
A articulação entre políticas de igualdade e políticas de identidade	468
Conclusão	473

CAPÍTULO 9

A Crise do Contrato Social da Modernidade e a Emergência do Fascismo Social	475
A crise do contrato social	484
A emergência do fascismo social	499
Sociabilidades alternativas	505

CAPÍTULO 10	
A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado	511
A crise do reformismo	517
<i>Primeira fase: o Estado irreformável</i>	519
<i>Segunda fase: o Estado reformável</i>	521
<i>A reforma do Estado e o terceiro sector</i>	524
O Estado como novíssimo movimento social	544
<i>A refundação democrática da administração pública e o terceiro sector</i>	549
Democracia participativa, fiscalidade participativa e Estado experimental	557
 CAPÍTULO 11	
A Crítica da Governação Neoliberal: O Fórum Social Mundial como Política e Legalidade Cosmopolita Subalterna	565
Introdução	565
A governação como legalidade neoliberal	569
<i>Genealogia da governação</i>	571
<i>O significado político da governação neoliberal</i>	575
<i>Lutas sociais no quadro da governação</i>	582
<i>Há outras histórias da governação?</i>	586
O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna e insurgente do Sul global	588
<i>A novidade política do Fórum Social Mundial</i>	592
<i>Estratégia e acção política</i>	594
A política do direito e da legalidade num contexto de globalizações em conflito	608
 CAPÍTULO 12	
Para Uma Nova Visão da Europa: Aprender com o Sul	615
Introdução	615
A Europa no mundo	618
Aprender com o Sul	621
Aprendizagens globais	625
<i>Direitos Humanos e Interculturalidade</i>	626
<i>Alternativas ao desenvolvimento e outras economias</i>	630
Democratizar a democracia	633
Constitucionalismo transformador	638
Conclusão	641

CAPÍTULO 13**Para uma Conceção Intercultural dos Direitos Humanos** 643

Introdução: as tensões da modernidade ocidental e os direitos humanos 643

As globalizações em síntese 649

Reconstrução intercultural dos direitos humanos 655

Premissas de uma política contra-hegemónica de direitos humanos 661

A hermenêutica diatópica 664

O imperialismo cultural e a possibilidade de uma contra-hegemonia 675

As dificuldades da reconstrução dos direitos humanos 678

Condições para uma reconstrução intercultural dos direitos humanos 682

Direitos humanos interculturais e pós-imperiais 687

Conclusão 698

CONCLUSÃO**A Incerteza entre o Medo e a Esperança** 699

Que tipo de época é a nossa? 700

Quais as incertezas? 701

A incerteza do conhecimento 701*A incerteza da democracia* 702*A incerteza da natureza* 704*A incerteza da dignidade* 706**BIBLIOGRAFIA** 709

PREFÁCIO DA TERCEIRA EDIÇÃO

Este livro tem um carácter seminal. Encontraram aqui a sua primeira formulação muitas propostas epistemológicas e teóricas que mais tarde desenvolvi. Pode ser lido como uma perspectiva de sociologia do conhecimento sobre a génese das ideias científicas e filosóficas. Mas o que nele está escrito vale por si, tanto mais que a evolução do meu pensamento me levou a centrar-me nalguns temas e a não prosseguir outros que tiveram neste livro a única formulação que lhes dei até ao momento. Com revisões e novos capítulos, esta nova edição é significativamente diferente das edições anteriores.

A Gramática do Tempo (2006) e os livros que a antecederam, *Pela Mão de Alice* (1994; em 2013 foi publicada pela Almedina a 9.ª edição revista e aumentada) e *A Crítica da Razão Indolente* (2000), constituem a visão panorâmica, em língua portuguesa, das propostas epistemológicas e de teoria social crítica que viriam a aprofundar-se e a condensar-se posteriormente em outras publicações. Entre estas, destaco *O Fim do Império Cognitivo* (Almedina, 2018a), na qual apresento a mais recente formulação das epistemologias do Sul, *Na Oficina do Sociólogo Artesão* (Almedina, 2020a) e a série de livros colectivos sobre as teorias sociais que decorrem das epistemologias do Sul, um projecto em curso, de que já estão disponíveis *Demodiversidade. Imaginar Novas Possibilidades Democráticas* (organizado com José Manuel Mendes, Edições 70, 2017) e *O Pluriverso dos Direitos Humanos. A Diversidade das Lutas pela Dignidade* (organizado com Bruno Sena Martins, Edições 70, 2019).

No domínio específico da sociologia do direito, *A Gramática do Tempo* abordava, em geral, algumas das temáticas que tiveram desenvolvimentos específicos em *O Direito dos Oprimidos* (Almedina, 2014a), *A Justiça Popular em Cabo Verde* (Almedina,

2015) e *As Bifurcações da Ordem. Revolução, Cidade, Campo e Indignação* (Almedina, 2017a).

À data da sua publicação inicial, este livro propunha-se lançar os fundamentos de uma nova cultura política que permitisse voltar a pensar e a querer a transformação social e emancipatória, ou seja, o conjunto dos processos económicos, sociais, políticos e culturais que tenham por objectivo transformar as relações de poder desigual em relações de autoridade partilhada nos seis espaços-tempos analisados em *A Crítica da Razão Indolente* (2000: 261–327) — os espaços-tempos doméstico, da produção, do mercado, da comunidade, da cidadania e mundial. Tal transformação implica não só uma vastíssima redistribuição de recursos materiais e simbólicos (princípio da igualdade), como o reconhecimento da diversidade das culturas, identidades, histórias, memórias e trajectórias (princípio do reconhecimento da diferença). A amplitude deste projecto mostra que o que está em causa é muito mais do que construir alternativas. Trata-se, antes de tudo, de construir um pensamento alternativo de alternativas. A nova cultura política desenhada a traço grosso neste livro é simultaneamente o produto e o produtor desse pensamento alternativo. Por esta razão, o argumento aqui apresentado não pode deixar de ter uma forte componente epistemológica. Assim, a primeira parte do livro incide especificamente sobre a dimensão epistemológica da minha reflexão. O novo patamar de inquirição centrado na sociologia das ausências e das emergências e na ecologia de saberes é o resultado de um longo percurso cujos momentos principais são *Um Discurso sobre as Ciências* (1987), *Introdução a Uma Ciência Pós-moderna* (1989), *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition* (1995), *Toward an Epistemology of Blindness: Why the New Forms of «Ceremonial Adequacy» neither Regulate nor Emancipate* (2001a), *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência* (2000) e *Conhecimento Prudente para Uma Vida Decente: «Um Discurso sobre as Ciências» Revisitado* (2003).

Uma das maiores inovações desta edição em relação às anteriores diz respeito ao «Manifesto do bem viver/*buen vivir*» e ao «Minifesto para intelectuais de retaguarda», que inauguram o livro. Estes textos foram publicados pela primeira vez na versão inglesa de *A Gramática do Tempo* (*Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*, Paradigm Publishers, 2014b, e Routledge, 2016). Condensam as minhas preocupações epistemológicas, teóricas e políticas mais recentes, formuladas de modo experimental em narrativa vocativa e em linguagem correspondente. Estes textos cumpriram a sua missão de chamar a atenção, tanto que foram posteriormente publicados isoladamente noutras línguas. Mas a versão portuguesa só agora é publicada. Estes textos representam alguma ruptura com o texto da edição original de *A Gramática do Tempo*. Ilustram bem o modo dinâmico e até surpreendente como têm evoluído as ideias que norteiam, ou melhor, *suleiam* o meu trabalho teórico, sob o impacto constante da vibração das lutas sociais que caracterizaram as duas primeiras décadas do milénio. A versão inglesa surgiu dez anos depois da primeira edição, um tempo longo para o ritmo alucinante da vida do intelectual de retaguarda que aprendi a ser neste período.

A primeira parte inicia-se com uma «Introdução» na qual dou conta dos itinerários da minha trajectória intelectual que melhor revelam o processo de construção de *A Gramática do Tempo: Para Uma Nova Cultura Política*. Analiso, em especial, a passagem complexa de uma teoria crítica pós-moderna para uma teoria crítica pós-colonial. Uma passagem complexa, porque nem sempre a segunda anula a primeira, nem qualquer delas responde adequadamente às passagens que continuo a explorar.

No Capítulo 1, analiso a convulsão que atravessa a peculiar equação entre raízes e opções, que considero ser o fundamento último das teorias da história da modernidade ocidental. Uma das expressões mais características dessa convulsão é a prevalência do que designo por códigos barrocos. Numa situação de colapso da

equação entre raízes e opções, há que reconstruir o inconformismo e a indignação ante a banalização da injustiça e da violência através da criação de imagens e de subjectividades desestabilizadoras.

No Capítulo 2, desenvolvo o argumento principal da primeira parte. Proponho uma racionalidade mais ampla e mais cosmopolita do que a racionalidade moderna ocidental, uma racionalidade que dê conta da diversidade epistemológica do mundo. Já antes definira a razão ocidental como uma razão indolente, cuja indolência é responsável pelo imenso desperdício da experiência social de que se alimentam todas as formas de pensamento único. Neste capítulo, analiso sistematicamente duas das formas principais da razão indolente, a razão metonímica e a razão proléptica, às quais contraponho uma racionalidade mais ampla, que, nas condições transicionais do nosso tempo, se afirma como uma sociologia das ausências e das emergências. Pretendo mostrar que muito do que não existe económica, social, política e culturalmente é activamente produzido como não existente através de um conjunto articulado de monoculturas de saberes, de tempos, de classificações sociais, de escalas e de produtividades. A racionalidade mais ampla que proponho contrapõe a estas monoculturas uma série correspondente de ecologias.

No Capítulo 3, centro-me numa dessas ecologias, a ecologia de saberes. Nesta edição, eliminei o capítulo sobre a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) (antigo Capítulo 4), porque, entretanto, publiquei outros textos nos quais actualizo e reforço o papel epistemológico e pedagógico da UPMS e o insiro no contexto mais amplo do movimento de educação popular, no qual se destaca o grande pedagogo revolucionário Paulo Freire, cujo centenário do nascimento se celebra em 2021. Sobre este tema, pode ler-se, por último, *O Fim do Império Cognitivo* (2018).

Na segunda parte, estabeleço vários percursos que sinalizam a passagem de uma concepção pós-moderna de oposição para uma concepção pós-colonial que, como dou a entender na «Introdução»,

será também de oposição. Referi acima que tal passagem é complexa. É-o sobretudo porque o objectivo de reconstrução radical da tensão entre regulação e emancipação — reconstrução radical, não abandono radical, como pretende o pós-modernismo celebratório — se mantém intacto. Apenas se torna agora ainda mais exigente.

A tensão moderna entre regulação e emancipação não foi pervertida apenas pelo facto de o capitalismo ter reduzido a emancipação às possibilidades toleradas pelo capitalismo, transformando-a, assim, num disfarce da regulação. Foi-o também por a promessa de um mundo melhor, contida nessa tensão, não incluir grande parte do mundo, o mundo colonial. E esta exclusão, longe de ter terminado com o fim do colonialismo político formal, prossegue hoje sob novas formas. Neste reconhecimento reside a concepção pós-colonial.

No Capítulo 4, analiso as principais dimensões da exclusão colonial e imperial — o Oriente, o selvagem e a natureza —, explorando a forma como a descoberta do Outro, no contexto colonial, envolve sempre a produção ou reconfiguração de relações de subalternidade.

No Capítulo 5, parto de um pequeno texto, «Nuestra América», de um grande pensador latino-americano, José Martí, publicado no jornal mexicano *El Partido Liberal* em 30 de Janeiro de 1891, para ilustrar as potencialidades de uma aprendizagem com o Sul não imperial. Tomando emprestada de Shakespeare a metáfora das relações coloniais entre o Norte global e o Sul global, concebo a «Nuestra América» como um texto fundador da América de Caliban, em resistência contra a América de Próspero, símbolo de uma confrontação que, no plano intelectual e cultural, envolve muitos outros intelectuais latino-americanos, nomeadamente brasileiros, e que, no plano económico, social e político, continua a marcar, nos dias de hoje, as lutas mais decisivas do continente americano.

No Capítulo 6, debruço-me mais sistematicamente sobre o pós-colonialismo e explico as razões da minha concepção como

pós-colonialismo de oposição. As concepções dominantes nesta área, além de terem um cunho culturalista que as aproxima, por vezes, do pós-modernismo celebratório, assentam quase exclusivamente na experiência dos povos coloniais que estiveram sujeitos ao colonialismo britânico. Daí decorrem generalizações espúrias que ocultam muitas das características do colonialismo ibérico e, especificamente, do colonialismo português. A crítica desta ocultação — constitutiva, de algum modo, de um pós-colonialismo indolente — está na base do pós-colonialismo de oposição. Não se trata apenas de corrigir um registo histórico. Trata-se, sobretudo, de, através de tal correcção, identificar possibilidades inexploradas de resistência e de articulação pós-colonial. Neste capítulo, a minha análise transita de um contexto latino-americano para um contexto africano, envolvendo neste debate as contribuições de vários intelectuais africanos.

Outra das novidades deste livro, o Capítulo 7, incide sobre uma das expressões mais violentas do colonialismo, o racismo. Juntamente com o sexismo, o racismo integra o bloco de construtores modernos da linha abissal que separa radical e invisivelmente os seres plenamente humanos (a zona metropolitana) e os seres sub-humanos (a zona colonial).

Na terceira parte, abordo em detalhe alguns dos passos que reputo importantes na construção de uma nova cultura política. É a parte mais extensa e também aquela em que é mais vincado o carácter transicional. Mais do que em qualquer outro domínio, na política e na cultura política, o novo constrói-se a partir do velho, e o velho, longe de ser apenas um campo de bloqueio, é também um campo de oportunidades. De facto, a tradição hegemónica, internamente muito diversificada, da teoria e análise políticas da modernidade ocidental atravessa hoje um período de enorme turbulência. Essa turbulência revela-se sobretudo pelo agravamento — e pela maior visibilidade do agravamento — da discrepância entre princípios políticos e práticas políticas. Ela assume tais

proporções que a modernidade ocidental capitalista e neocolonialista parece hoje estar na condição de só poder propagar-se globalmente na medida em que viole todos os princípios em que fez assentar historicamente a legitimidade da sua propagação. Violam-se os direitos humanos aparentemente para defender os direitos humanos, destrói-se a democracia para salvaguardar a democracia, elimina-se a vida para preservar a vida. Nesta turbulência, tornam-se mais visíveis as contradições das teorias e categorias analíticas dominantes, ao mesmo tempo que nos interstícios dessas contradições se abrem oportunidades teóricas, analíticas e de intervenção política insuspeitadas para reinventar a emancipação social.

No Capítulo 8, investigo os dois sistemas modernos de diferenciação hierárquica: o sistema da desigualdade (a diferenciação como forma de pertença) e o sistema da exclusão (a diferenciação como forma de não-pertença). As tradições políticas modernas, tanto nas suas vertentes liberais como nas suas vertentes marxistas, centraram-se no primeiro sistema, deixando de lado o segundo e contribuindo assim para a sua ocultação. Defendo que hoje é mais do que nunca necessário pensá-los em conjunto, dada a porosidade crescente entre elas. A luta pelo princípio da igualdade deve ser conduzida de par com a luta pelo princípio do reconhecimento da diferença. Aí reside um dos pilares da nova cultura política.

No Capítulo 9, retomo outra categoria fundamental da teoria política liberal, o contrato social, para mostrar a crise profunda em que se encontra, sobretudo desde a década de 1980, quando a versão mais destrutiva e virulenta do capitalismo, o neoliberalismo, logrou impor-se globalmente. Analisado como ruína, o contrato social permite mostrar como, por trás da fachada da promoção da sociedade civil, se está a expandir uma realidade que ela procurou superar, o estado de natureza hobbesiano. Caracterizo essa expansão como um novo regime social, ostensivamente não político, que designo por fascismo social. Defendo que estamos a entrar num período em que as sociedades são politicamente democráticas e socialmente fascistas.

No Capítulo 10, inicio uma busca de sociabilidades políticas alternativas à proliferação da democracia de baixa intensidade articulada com fascismos sociais, uma busca que se prolonga pelos capítulos seguintes. Neste capítulo, centro-me na instituição moderna que geriu, sobretudo nos dois últimos séculos, a tensão entre a regulação e a emancipação — o Estado moderno. Nas suas contradições, o Estado moderno, ao mesmo tempo que mostrou os limites e as perversões da gestão dessa tensão, permitiu abrir às classes populares e aos grupos sociais excluídos novas possibilidades de inclusão no contrato social. Depois de analisar o ataque devastador desferido pelo neoliberalismo contra o Estado — um ataque que contou com importantes complicitades por parte do pós-modernismo celebratório, por vezes disfarçado de «terceira via» ou de «nova esquerda» —, mostro que a luta pelo controlo democrático do Estado é hoje uma das lutas mais decisivas. O outro lado da proliferação dos fascismos sociais é a apropriação selvagem do Estado por parte de interesses económicos dominantes, tanto nacionais como globais. Para enfrentar essa apropriação avassaladora, seria estultícia defender o Estado tal como o conhecemos, até porque isso implicaria pactuar com a opressão e a exclusão que ele tantas vezes protagonizou enquanto Estado capitalista e neocolonialista. É, pois, necessário reinventar democraticamente o Estado, e é por isso que o designo como «novíssimo movimento social».

No Capítulo 11¹, procedo a uma mudança de escala de análise que se prolongará pelo capítulo seguinte: da escala nacional para a escala global. Ainda que a todos os outros capítulos da terceira parte esteja subjacente a consideração do que vulgarmente se designa por globalização, e que, na sua forma hegemónica, não seja mais do que o neoliberalismo globalizado, a institucionalidade que

¹ O Capítulo 11 da primeira edição sobre o sindicalismo foi eliminado devido ao seu carácter muito circunstancial. Sobre o tema, ver agora Santos, 2018b, *Pneumatóforo. Escritos Políticos (1981–2018)*. Coimbra: Editora Almedina, 97–140.

neles é analisada é fundamentalmente nacional. Mas as transformações económicas, sociais, políticas e culturais dos últimos trinta anos obrigam-nos a tematizar de maneira mais rigorosa as institucionalidades transnacionais, mesmo quando o objectivo analítico último é entender as transformações políticas e institucionais a nível nacional ou mesmo local.

Neste capítulo, debruço-me sobre uma nova matriz institucional, promovida globalmente a partir das experiências políticas decorrentes da crise do Estado nos países do Norte global, sobretudo nos Estados Unidos da América. Trata-se da governação (*governance*), uma matriz de regulação social que se concebe a si mesma como pós-estatal, assente na cooperação voluntária auto-activada e auto-regulada entre actores e interesses sociais relevantes, operando em rede. Procedo a uma crítica radical desta matriz, mostrando como ela significa o triunfo histórico da concepção das crises políticas como questões de governabilidade — como resultando de haver democracia a mais (demasiados direitos, demasiadas demandas) — sobre a concepção dessas crises como questões de legitimidade, ou seja, como resultando de haver democracia a menos. Na sua forma hegemónica, a governação é a matriz institucional da globalização neoliberal. Mas, como tenho vindo a insistir, a globalização neoliberal, sendo hegemónica, não é única. Sobretudo desde o início da presente década, têm vindo a emergir várias formas de resistência global ao neoliberalismo que, no conjunto, constituem o que designo por globalização contra-hegemónica. Neste capítulo, contraponho as dinâmicas políticas que subjazem à governação neoliberal às que subjazem ao Fórum Social Mundial.

A avaliação que nele faço do FSM foi-se modificando ao longo do tempo em resultado da minha experiência posterior no interior do FSM como activista desde a primeira hora e membro do seu conselho internacional. O registo dessas modificações está disperso em vários textos de opinião escritos ao longo do tempo e, por último,

em *O Futuro Começa Agora* (Edições 70, 2020: 503–509). Em geral, o optimismo a respeito do FSM enquanto inovação política foi dando lugar a um crescente pessimismo, decorrente dos bloqueios e das lutas de poder que fui identificando e vivenciando. O que esteve na base desse crescente pessimismo foi, por um lado, a incapacidade do FSM para intervir como sujeito político global quando a carência de tal intervenção era cada vez mais evidente, em virtude das mudanças climáticas, da concentração escandalosa da riqueza e da proliferação da lógica da guerra, do autoritarismo e do unilateralismo. Por outro lado, a governação interna segundo a regra do consenso foi sendo pervertida até se transformar na imposição antidemocrática das agendas políticas de meia dúzia de pessoas influentes. O pessimismo foi-se traduzindo no abandono do processo do FSM por parte de alguns dos seus mais dedicados militantes. Hoje, penso que, a menos que se proceda a uma profunda renovação ou refundação, algo que considero muito improvável, o FSM está condenado a transformar-se numa boa recordação de activismo e de interconhecimento globais, cuja fórmula de agregação de vontades contra-hegemónicas se esgotou.

O Capítulo 12 constitui outra das novidades desta edição. Analisa o momento em que, apesar das várias crises que assolam a Europa, parece existir uma janela de oportunidade para que, numa lógica de aprendizagens globais e de reconhecimentos recíprocos, a Europa possa abrir-se ao Sul e aprender com ele, superando o pensamento abissal da modernidade e permitindo a sua reinvenção.

Finalmente, no Capítulo 13, trato do tema dos direitos humanos, um tema que, talvez melhor do que nenhum outro, é revelador da política como cultura política, do embate entre as monoculturas hegemónicas e as aspirações de interculturalidade, da confrontação entre concepções hegemónicas e contra-hegemónicas da dignidade humana, das relações conflituais entre o Norte e o Sul globais e entre o Ocidente e o Oriente globais. Trata-se, pois, de um tema particularmente complexo. Recuso o universalismo abstracto dos

direitos humanos na sua concepção hegemónica, sem cair no relativismo cultural, tal como na primeira parte recusei o monopólio da verdade e do rigor por parte da ciência moderna positivista, sem cair no relativismo epistemológico. Proponho, em alternativa ao universalismo abstracto e imperial, o cosmopolitismo, construído de baixo para cima, através de diálogos interculturais sob diferentes concepções de dignidade humana. Designo esses diálogos como hermenêutica diatópica, assente na ideia da incompletude de todas as culturas e tendo como objectivo atingir não a completude, mas, pelo contrário, uma consciência mais aprofundada e recíproca das muitas incompletudes de que é feita a diversidade cultural, social e epistemológica do mundo. Nessa consciência reside a nova gramática do tempo.

O livro conclui com um texto que foi originalmente escrito para o catálogo da 32.^a Bienal de São Paulo (2016), dedicada ao tema geral «Incerteza Viva».

Na preparação da primeira edição deste livro, beneficiei de muitos apoios de pessoas e de instituições. Começando por estas últimas, a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e o seu Centro de Estudos Sociais, bem como a Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin-Madison, têm-me proporcionado as melhores condições para realizar o meu trabalho. Mas, além destas instituições universitárias, muitas outras organizações sociais devotadas a objectivos de transformação social emancipatória têm vindo a ser interlocutores importantes da minha reflexão e têm-na enriquecido de maneira que considero decisiva. Seria impossível enumerá-las a todas.

Agradeço a excelente e dedicada colaboração de assistentes de pesquisa. Em Madison, Mike Morgalla tem sido um apoio seguro do meu trabalho há mais de vinte anos. Enquanto os seus objectivos profissionais o permitiram, Ana Cristina Santos acompanhou-me com o seu profissionalismo exigente e tranquila alegria. Maria Paula Meneses, Maria José Canelo, hoje minhas colegas

no Centro de Estudos Sociais, e, em fases anteriores da pesquisa, Karen Lisboa, Carla Braga e Inês Pinto Basto deram-me preciosas ajudas. O mesmo agradecimento é devido a Sílvia Ferreira, também hoje minha colega no Centro de Estudos Sociais, pelo apoio decisivo em vários capítulos e muito particularmente no Capítulo 10. Mário Machaqueiro traduziu para português com vigilante competência o Capítulo 5, até então inédito em Portugal e no Brasil.

Tive o privilégio de beneficiar de comentários e de apoios de pesquisa preciosos em capítulos específicos por parte de muitos colegas. É justo salientar o apoio imprescindível de Maria Paula Meneses, João Arriscado Nunes, Sílvia Ferreira, José Manuel Pureza, José Manuel Mendes, Paulo Peixoto, Pedro Hespanha e Hermes Costa. A todos eles devo um agradecimento muito especial. Além deles, dentro e fora do mundo acadêmico, tenho tido debates instigantes e enriquecedores que muito têm contribuído para aprofundar as minhas análises e reflexões. Entre tantos outros, Sonia E. Alvarez, João Maria André, Leonardo Avritzer, Atilio Boron, Sakhela Buhlungu, João Caraça, Pablo González Casanova, Ana Esther Ceceña, Blanca Chancoso, Enrique Dussel, Arturo Escobar, Norma Fernandez, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Joaquin Herrera Flores, Moacir Gadoti, José Gandarilla, Pablo Gentili, Yash Ghai, Norma Giarracca, Ramon Grosfogel, Cândido Grzybowski, Joel Handler, José Geraldo Sousa Junior, Leonard Kaplan, Heinz Klug, Edgardo Lander, Rigoberto Lanz, Agustin Lao, Enrique Leff, Francisco Louçã, Nelson Maldonado-Torres, António Martins, Alberto Melo, Moema Miranda, Walter Mignolo, Zander Navarro, José Guilherme Negrão, Francisco Oliveira, Nina Pacari, Maria Célia Paoli, Miguel Baptista Pereira, Aníbal Quijano, Shalini Randeria, Roberto Retamar, César Rodríguez-Garavito, Jorge Romano, Emir Sader, Pedro Santana, José Vicente Tavares dos Santos, Jai Sen, Ronen Shamir, Vandana Shiva, Teresa Cruz e Silva, Paul Singer, David Sugarman, Juan José Tamayo, Teivo Teivainen,

Stephen Toulmin, David Trubek, Virgínia Vargas, Mauricio García Villegas, Shiv Visvanathan, Immanuel Wallerstein, Catherine Walsh, Peter Waterman, Francisco Whitaker, Lucie White, Bill Whitford, Erik O. Wright e Hugo Zemelman.

Além destas pessoas, que me ajudaram na elaboração original deste livro, muitas outras se juntaram nos anos posteriores, e algumas delas devem ser mencionadas no que respeita a este livro. Para o Capítulo 7, contei com os contributos preciosos de Maria Paula Meneses, Cláudia Carvalho e Helena Silvestre. Tal como aconteceu com todos os outros livros, a preparação cuidada deste manuscrito esteve a cargo da minha assistente Margarida Gomes. E como acontece há trinta anos, a Lassaete Simões organiza a minha vida profissional por forma que eu vá continuando a escrever livros. Tudo o mais é organizado e cuidado, e há muito mais tempo, pela Maria Irene Ramalho.

Deixo para último um agradecimento muito especial que não tem endereço pessoal, mas que nem por isso é menos sentido: aos meus estudantes dos seminários de pós-graduação que ao longo dos anos tenho regido na Universidade de Coimbra e na Universidade de Wisconsin-Madison. Nos últimos anos em especial, a minha experiência e convivência com os estudantes mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos de vários países nos cursos de pós-graduação da Universidade de Coimbra — «As Sociedades Nacionais Perante os Processos de Globalização», «Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI», «Pós-Colonialismos e Cidadania Global», «Direitos Humanos nas Sociedades Contemporâneas» e «Democracia no Século XXI», tendo os três últimos como instituição de acolhimento o Centro de Estudos Sociais — tem-me proporcionado uma aventura intelectual fascinante e uma experiência intensa de vida académica, o que me dá razões para crer que a luta contra o conformismo ante a injustiça social, incessantemente gerado pela razão indolente, está longe de estar perdida.

Uma última palavra de agradecimento ao meu editor João Moita por ter conduzido de forma tão empenhada e diligente a publicação desta obra.

Quintela, Outubro de 2021